



Anais da Assembléia

N.º 113

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 171ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1977

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Ezequias Losso.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Naclo, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Del Ciel, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, Maurício Fruet, Osvaldo Macedo e Trajano Bastos (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição no. 445/77, Veto aposto ao Projeto de Lei no. 95/76, de autoria do Deputado MAURÍCIO FRUET, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, na Colônia Marcelino, Município de São José dos Pinhais, para funcionar no próximo ano letivo. Parecer Favorável da C.C.J., pela manutenção do Veto, por unanimidade. — OFÍCIO NÚMERO 100/77 Curitiba, 11 de julho de 1977 Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício no. 45/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1o. do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei no. 95/76, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo criar um Ginásio Estadual na Colônia Marcelino — Município de São José dos Pinhais, para funcionar no próximo ano letivo.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35 da Carta Política Estadual, que conferem ao Governador do Estado, a competência para iniciativa de leis cuja execução crie,

amente ou autorize a despesa pública.

Por outro lado, demonstrando a inoportunidade da medida, merece destacar o fato de que o ensino oficial do Estado está presentemente sendo adaptado à sistemática determinada pela Lei Federal no. 5692, de 11 de agosto de 1971, através da qual a União fixou novas diretrizes e bases para o ensino de 1o. e 2o. graus.

Embora não tenha sido acolhido o autógrafo em razão do imperativo constitucional e das normas legais citadas, a matéria é recebida como sugestão e merecerá, na devida oportunidade, os necessários estudos por parte dos órgãos competentes.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que, em anexo, restituo à essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar à V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem) Requeiro a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

O Sr. 1o. Secretário procederá à chamada dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

— (É feita a chamada).

Responderam à chamada 27 Srs. Deputados.

A Presidência tem uma comunicação a fazer: infelizmente, a matéria que está à apreciação do Plenário e há insuficiência de quorum, não poderá ter deliberação, portanto, tem o seu prazo fatal para apreciação na sessão de hoje.

A Presidência colocará a matéria em discussão.

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Para discutir) Sr. Presidente, a matéria constante da Ordem do Dia de hoje, refere-se a um veto governamental a projeto de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, que visava autorizar o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual na Colônia Marcelino, Município de São José dos Pinhais, para funcionar no próximo ano letivo.

No veto, o Sr. Governador do Estado alega dispositivo constitucional expresso nos artigos 25 e 35 da Carta Política Estadual.

Faz ainda, S. Exa., referência à Lei Federal no. 5692, de 11 de agosto de 1971, que prevê a implantação da reforma do ensino em nosso País.

Muitas vezes, tenho vindo a esta tribuna, para solicitar em defesa da implantação de escolas de 5a. à 8.a séries, em sedes distritais ou povoados.

Tenho vindo falar em nome dessas pequenas comunidades e está aqui um projeto de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, que, quem sabe, cansado de pedir, quem sabe também, cansado de sofrer à pressão dos moradores daquela localidade, vem, através de projeto de lei, procurar sensibilizar o Sr. Governador do Estado a implantar, na Colônia Marcelino, um Ginásio Estadual.

Não mais existe a figura de ginásio estadual. Está certo legalmente o Sr. Governador do Estado. Mas a pergunta que se faz, quando é que o Estado do Paraná vai assumir a responsabilidade contida na Lei 5692, e implantar neste Estado a reforma de ensino básico pelo menos, que seja administrado em todas as escolas, quer rurais, quer urbanas ou em sedes de distritos das primeiras às oitavas séries sob a responsabilidade do Estado na zona urbana e dos municípios, na zona rural como prediz a lei citada?

Lembro-me muito bem de alguns requerimentos que fiz

com referência aos Municípios de Iretama e Roncador e tenho em minhas mãos as respostas do Secretário de Educação que somente lá poderiam ser implantadas as reformas se fossem sob a responsabilidade do município, que o Estado não assumiria a responsabilidade nas sedes distritais.

E vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação que ficam as sedes distritais ou povoados. O município não assume a responsabilidade de reforma de ensino porque diz que sede distrital é zona urbana. E o Estado não assume porque entende que as sedes distritais são componentes da zona rural.

E nós ficamos a cobrar desta tribuna quantas vezes para que seja definida esta situação. E vem este projeto de lei ora vetado constitucionalmente com razão o Sr. Governador. Mas não adianta ficar se apoiando em artigos da Constituição do Estado, mas se baseando principalmente na Lei 5692, para vetar projetos desta natureza.

O que importa de fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é saber quando é, ou até quando que nós vamos continuar vendo os nossos alunos da zona rural não poderem freqüentar sequer o curso primário básico que é da 1.ª à 8.ª séries. Fazendo festas na zona rural dos distritos de formatura quando terminam o 4.º ano primário.

Esta é uma verdade da qual o nosso Paraná tem que se envergonhar e aqui eu cobro seriamente porque é responsabilidade exclusiva do nosso Governo do Estado a implantação da reforma do ensino, ou que se defina, de uma vez, que estas sedes de distritos sejam zona urbana e o Estado assuma ou que os municípios recebam os recursos necessários para poderem implantar a reforma do ensino.

Vejamos Maringá, por exemplo, dos Distritos de Floriano e Iguatemi, o Estado não quis assumir a paternidade da reforma do ensino, e funcionam lá ginásios cinesistas mantidos pela comunidade, e quero dizer mais, sendo em épocas eleitorais objetos por parte dos órgãos governamentais de festas em suas campanhas. Aparecem na campanha política com cheques nas mãos, fazem reuniões dentro dos colégios e dizem: se nós ganharmos, cheques como estes virão, muitas vezes, como fez, nesta campanha, o atual Prefeito de Maringá. E agora estão lá os professores do ginásio de Floriano, por exemplo, há 10 meses sem receber e, para Iguatemi, um remédio intermediário; para lá, arranjaram uma chamada extensão do Ginásio Vital Brasil, extensão proibida terminantemente pela mesma lei que o Sr. Governador cita aqui.

É portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, matéria da mais alta importância a que agora se invoca.

Talvez os Srs. possam pensar: — mas, uma pequenina localidade como a Vila Marcelino, ou como a distante Floriano, não mereçam esta participação tão intensa, dos Deputados.

Mas eu entendo diferente. A cada criança, a cada localidade, a cada família que se deixa de dar a oportunidade de seus filhos irem à escola, estamos, quem sabe, perdendo a oportunidade de ver inteligências valiosas, para, no futuro, dirigirem este Estado e esta Nação.

Voto, portanto, pelo mérito, contrariamente ao Veto do Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Encerrada a discussão, e por falta absoluta de quorum regimental, de conformidade com o artigo 28, parágrafo 5.º da Constituição Estadual, esta Presidência determina o arquivamento da matéria, por decurso do prazo.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito uma nova chamada nominal, porque agora, pelo que parece, existe quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere, e o Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

Responderam à chamada 28 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência solicita dos eminentes Srs. Deputados que responderam à chamada, que tomem os seus devidos lugares para possibilitar à Presidência a conferência de votos da matéria que será colocada em deliberação.

Em votação a Proposição no. 445/77. Os Srs. Deputados que rejeitem a proposição, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

13 Srs. Deputados rejeitam. 14 Srs. Deputados, aprovam. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição no. 446/77;

e marcando ainda, uma sessão extraordinária, para sexta-feira, dia 16, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 108/77.

Levanta-se a Sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 172ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1977.

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielise Crisóstomo e Gabriel Sampaio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpellini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderere e Wilson Fortes (48); achando-se os Senhores Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Del Ciel, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, Maurício Fruet, Osvaldo Macedo e Trajano Bastos (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nos. 142, 143 e 145/77, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONANDO os Projetos de Lei números:

51/77: Do Sr. Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a "Guarda Mirim" de Campo Mourão, com sede na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o número 6905. — **Agradeça-se.**

54/77: Do Sr. Deputado Ivan Rüppel, que declara de utilidade pública o Abrigo de Menores "São Vicente de Paula", com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o número 6906. — **Agradeça-se.**

91/76: Do Sr. Deputado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo doar, à Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, o Lote no. 10, da Quadra 64, da Planta Oficial daquela cidade, o qual convertido em Lei tomou o número 6907. — **Agradeça-se.**
 181/75: Do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, que cria no Município de Goioerê, os Distritos Administrativos de Rancho Alegre D.Oeste e Bandeirantes do Oeste, cuja sede e divisas específica, o qual convertido em Lei tomou o número 6908. — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei no. 92/77, do Poder Executivo, Mensagem no. 76/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva acrescentar a Tabela II, do Anexo I, da Lei no. 6863, de 04/04/77, as expressões que especifica, transfere cargos da Parte Suplementar para a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo e adota outras providências.

Sala das Sessões em 14 de setembro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, solicitando a construção de um novo cais e muro de arrimo, junto à sede do Município de Guaraqueçaba, tendo em vista a precariedade do estado de conservação em que se encontram presentemente, colocando em risco os usuários e transeuntes da via pública que margeia as referidas construções.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja autorizada, ao subscritor deste, a concessão de cópias das notas taquigráficas da sessão de ontem, dia 13/09/77, precisamente onde consta a palestra de S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1977.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

PROJETO DE LEI:**PROJETO DE LEI NÚMERO 121/77**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "PROFa. CÉLTA MORAES DE OLIVEIRA", a unidade escolar construída no Parque Waldemar Hauer, na cidade de Londrina.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 31 de agosto de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A Professora Célia Moraes de Oliveira, nasceu na cidade de Brazópolis, Estado de Minas Gerais.

Jovem ainda, veio a residir na cidade de Londrina, quando seus pais ali fixaram residência.

Em Londrina, concluiu os cursos Ginásial e Normal, formando-se em Bacharel de História, pela então Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, em 1961.

Nomeada Professora Primária, em 06 de março de 1938, exerceu esse cargo nos Grupos Escolares Nilo Peçanha e Newton Guimarães.

Em 1961, ministrou aulas suplementares de História no Colégio Vicente Rijo, até sua nomeação em 1963, para o cargo de Assistente Interino do Ensino Superior, na cadeira de Didática Especial de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina.

Frequêntou curso de treinamento para professor do Ensino Médio em Brasília, sob o patrocínio do MEC, em 1964. Exerceu as funções de Professor Catedrático Interino de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, Professor de Ensino Médio da cadeira de História, no Ginásio José de Anchieta e Professor de Ensino Médio para a cadeira de História Medieval, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Participou de vários cursos de Extensão Universitária e de inúmeras excursões pelo país em pesquisas históricas com caravanas de alunos.

Participou de inúmeras bancas examinadoras, desempenhando funções como membro do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Casada com o Dr. Júlio de Oliveira, médico pediatra, teve 2 filhos.

Faleceu em 27 de novembro de 1976, após pertinaz moléstia.

Com o presente projeto de lei, que esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, queremos prestar uma homenagem e reverenciar a memória de uma personalidade que muito dedicou de si para o ensino de nossa terra.

PROJETO DE LEI NÚMERO 122/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a FILARMÔNICA ANTONINENSE, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Antonina.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A Filarmônica Antoninense, fundada e instalada em 30 de agosto de 1975, tem como objetivos principais a divulgação e conservação da tradição musical; promover e desenvolver a cultura; proporcionar recreação através de retretas; abrilhantar as festividades cívicas; desenvolver a vocação e aptidões musicais dos jovens e promover a integração social da juventude, e ao mesmo tempo proporcionar-lhes uma opção profissional.

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública tem seu estatuto social devidamente registrado sob no 01, às fls. 92, Livro A, do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Antonina, pelo qual fica provado que os membros de sua diretoria exercem seus mandatos gratuitamente e presta relevantes serviços à comunidade, cujos requisitos entendemos, "data vênia" preencheu as exigências da legislação pertinente à declaração pública.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei, à consideração de nossos ilustres e nobres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio e conseqüente aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, primeiro orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Assomo à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para fazer um especial registro de mais um fato histórico de alta significação que vive hoje o País, quando o meu Partido, o MDB,

Em Brasília, se reúne, em Convenção Nacional Extraordinária, para debater o palpitante assunto do momento que é justamente a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

É que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os homens que instalaram nesta Nação um regime de excessão, se encontram como aquele orador que iniciou o discurso, não sabia o que dizer e não encontrava também um jeito de parar.

Pretende hoje, o MDB, nos debates que nesse magno conclave hão de se travar, estabelecer rumos que indiquem uma fórmula segura, para que, os homens que detêm o poder, abrindo mão, honrosamente, das excessivas e injustificáveis prerrogativas de super poder, restituam os nossos direitos sagrados e fundamentais por que aspiramos e clamamos nós os brasileiros, desde as mais privilegiadas inteligências e culturas nacionais, até o, mais humilde homem do povo, porque sabemos todos e temos consciência, de que o Estado de Direito é o único regime compatível com a dignidade da Nação.

E estou certo de que sairá vitoriosa a tese que se agita e se agiganta na consciência nacional, como a mais legítima de suas manifestações, que é convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, pela qual lutará o MDB, a fim de que se dê à Nação uma Constituição, como Lei Maior, em cujo ordenamento jurídico esteja infundida a alma popular. Esta será, sem dúvida, a única fórmula capaz de fazer com que se reencontre o Estado com a Nação, hoje, desgraciadamente, divorciados.

Com o posicionamento, declaradamente em favor de uma Assembléia Constituinte, nada mais deseja o MDB, senão a normalização democrática da Nação, colocando em harmonia os poderes constituídos da República, proscrevendo-se de vez o arbítrio e a violência de um sobre os demais, o que é incompatível, inclusive, com a doutrina e preceitos jurídicos da própria segurança nacional.

Nesta batalha que estarão engajadas todas as camadas sociais da Nação, inclusive as mais expressivas figuras da própria Aliança Renovadora Nacional, o MDB funda sua fé, de que haverá de sensibilizar as áreas mais renitentes de sustentação do atual regime, no sentido de cederem ao grande ideal de respeito aos direitos fundamentais, entre eles o de livre escolha de seus governantes por eleições diretas e secretas.

Nada mais justo e nada mais legítimo, pois o povo é a fonte de todo o poder.

Já proclamava SIEYÈS:

"A Nação existe antes de tudo, é a origem de tudo, sua vontade é sempre legal, ela é a própria lei, antes dela e acima dela somente existe o direito natural."

E eu termino, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o que disse o saudoso Alberto Pasqualine:

"Por maiores que possam ser, durante a vossa vida os desenganos, não abandonais nunca a crença no aperfeiçoamento moral do homem e num futuro para a humanidade."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulín, inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lendo): "Hoje ocupo a tribuna desta Casa, para abordar um tema de grande interesse para a economia de nosso Estado. Refiro-me ao II Simpósio Nacional da Soja, que será realizado no próximo mês de outubro, numa promoção da Assembléia Legislativa paranaense.

É oportuno ressaltar o trabalho que vem sendo realizado pelo nobre Deputado Lázaro Dumont, à frente desta promoção, como presidente das Comissões Diretora e Executiva do encontro, movimentando as classes produtoras e políticas do Estado, para fazer deste simpósio um acontecimento de integração entre o Governo e os produtores agrícolas.

A entrevista coletiva concedida à imprensa pelo nobre Deputado sobre a importância deste simpósio, vem demonstrar

mais uma vez o seu interesse e a sua paixão pelas causas públicas, principalmente no que diz respeito aos grandes temas da nossa economia.

Igualmente importante é a contribuição do parlamentar Nilso Sguarezi, Vice-Presidente, como também dos Deputados Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Luiz Alberto Oliveira e Werner Wanderer, componentes das Comissões Diretora e Executiva.

Com esse elenco participando da organização do simpósio da soja, podemos antever bons resultados para este empreendimento e estamos convictos de que surgirão muitas soluções para os atuais problemas enfrentados pelos produtores, mediante a alteração da política em vigor nesta área.

O encontro será a ocasião propícia para os produtores e líderes cooperativistas analisarem os principais problemas ligados à soja, como produção, transporte, armazenagem, industrialização, comercialização, crédito e financiamento, e para apresentarem oficialmente suas reivindicações ao Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, e ao Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, que estarão presentes na ocasião.

O Estado do Paraná, como segundo maior produtor de soja do Brasil, não pode ficar alheio aos problemas enfrentados pelos sojicultores em consequência de uma política frágil e desestimulante. As recentes medidas econômicas impostas pelo Governo Federal repercutiram negativamente no setor agrícola, como a retirada de subsídios para fertilizantes, a restrição aos créditos agrícolas e a contenção das importações, criando um clima de insatisfação junto às classes produtoras. Portanto, consideramos extremamente oportuna a realização deste simpósio.

Acreditamos que o encontro propiciará também a criação do Instituto Nacional da Soja, assunto que vem recebendo a atenção das autoridades, líderes empresariais e produtores agrícolas, cujo projeto de lei, já existente, favorecerá um resultado animador.

Outro assunto que deverá ser levado neste encontro é a padronização da soja, que está sendo debatida pelos técnicos no Ministério da Agricultura de vários Estados, reunidos esta semana na Federação da Agricultura do Paraná. As medidas técnico-econômicas sugeridas pela Comissão da Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura no Paraná, sobre a padronização da soja, principalmente, no que se refere à sua qualificação típica e seus preços, se adotadas, resultarão na produção e comercialização satisfatória desta cultura.

Não é demais se repetir aqui a importância da agricultura para a balança comercial do País, pois ela é o sustentáculo da nossa economia. Por isso, faz-se mister a adoção de uma política realista, através de medidas positivas e contínuas em favor da lavoura. Se ela é imprescindível, é necessário dar-lhe condições, apoio, estímulo.

O próprio Ministro da Agricultura reconheceu que a maior fonte de divisas para o País está na agricultura, ao declarar recentemente que "só a agricultura pode, a curto prazo, tirar o Brasil do quase "beco sem saída".

Por isto tudo, nobres Deputados, o II SIMPÓSIO NACIONAL DA SOJA poderá representar a solução de muitos problemas que afligem a agricultura nacional e, particularmente, a sojicultura paranaense.

Estamos confiantes de que os produtores de soja deste País, receberão o estímulo de que tanto necessitam para a continuidade de seu trabalho e para o desenvolvimento econômico do Brasil."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Desejava inicialmente, transmitir aos Srs. Deputados, um convite que é dirigido a esta Casa, pela Federação do Comércio

do Estado do Paraná, assinado pelo seu Presidente em exercício, Sr. Osmário Zilli.

Estende aos Srs. Deputados convite, para o Encontro Regional da Quarta Conferência Nacional das Classes Produtoras, que deverá se realizar a 14 do corrente, às 18 horas, no auditório da Associação Comercial do Paraná, sita à Rua 15 de Novembro, 621.

Naquela oportunidade, a Federação do Comércio, sob a Presidência do Governador do Estado, com a esperada presença do Senador José Pinto Freire, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, deverão os empresários do Paraná abordar aspectos referentes aos motivos que determinaram a convocação da Quarta Conferência Nacional das Classes Produtoras, a ter lugar no Centro de Convenções do Hotel Nacional do Rio de Janeiro a 31 de outubro; de 31 de outubro a 5 de novembro de 1977. Estão, portanto, os Srs. Deputados, convidados para participarem deste acontecimento.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-me à tribuna, a pretensão de fazer daqui, um registro que considero altamente auspicioso, para o desenvolvimento da região do sudoeste do Paraná, e em particular, para o Município de Dois Vizinhos.

A Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, através do seu Prefeito, acertou com o grupo Sadia, a instalação de um dos maiores complexo industriais do gênero da América Latina, que deverá começar a ter as suas obras implantadas, ainda no decorrer do presente ano.

Pretende o grupo Sadia, inicialmente, construir um graneleiro com capacidade de 1 (um) milhão de sacas, no município de Dois Vizinhos, e, paralelamente instalar uma fábrica de ração e de adubos que deverão, por certo, atender as necessidades ainda prementes na área do Estado do Paraná, para, numa segunda etapa iniciarem-se a construção de um abatedouro de aves que tem uma capacidade prevista, no projeto já aprovado, de 1.800.000 aves por mês. Nesta mesma segunda etapa, a previsão é de que se construa um frigorífico com capacidade de abate de 1.500 cabeças diárias.

Não é necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer da importância deste acontecimento na vida econômica e social do sudoeste paranaense. E parabenizar-me, nesta oportunidade, com o povo e as autoridades constituídas do Município de Dois Vizinhos, que terão o ensejo de com este empreendimento alcançarem um estágio de desenvolvimento buscado por aquela população, que hoje já desponta, comunidade que hoje já desponta como sendo uma das mais importantes do sudoeste do Paraná, pois, Dois Vizinhos constitui hoje, senão o primeiro, mas o segundo município de maior população de toda a região sudoeste do Paraná.

Paralelamente a este acontecimento, vale o registro de que o Município de Francisco Beltrão se constituiu um grupo que subscreveu 49 por cento do capital exigido, para instalar naquele município também, uma grande indústria de carnes, associada ao frigorífico chapecoense, de Chapecó, Santa Catarina, a cuja responsabilidade ficará o levantamento de 51 por cento do capital.

Os projetos já estão em fase de elaboração, com a busca de recursos nas instituições de crédito oficiais. É portanto, para o Sudoeste do Estado do Paraná, que até o momento se ressentia da presença de indústria dessa natureza, fato auspicioso, e deve, portanto, merecer de nossa parte o registro que faço para o conhecimento dos Srs. representantes do povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Está reunido hoje o nosso Partido, o Movimento Democrá-

tico Brasileiro em convenção, em busca de uma assembléia constituinte para o País.

A expressão da Oposição, nesta oportunidade, representa acima de tudo a manifestação da vontade do povo brasileiro.

Porque intolerável se torna cada dia que passa, o arbítrio, deste País; intolerável se torna em cada dia que se consome no calendário, o cerceamento de direito do povo brasileiro. E as consequências funestas desse cerceamento de liberdades, empobrece e violenta a grande Nação, a nossa Pátria.

É vontade de todo país e é vontade dos dois partidos, que o Estado de Direito volte a funcionar para a salvação da própria Nação. E a exemplo disso temos aqui manifestação do grande Senador arenista, Teotônio Vilela. Que disse ontem no Recife, ao defender a convocação de uma Constituinte, afirmou que "a tese a seu ver é uma obrigação, é um passar de esponja no passado."

O Senador disse também, que "se deve lutar para que o sistema sensibilize, pelas reformas, porque em si, o arbítrio não é apenas um dos obstáculos, é o obstáculo brasileiro."

Ressalvou também que "o divionismo deve ser evitado, porque prejudica a legítima campanha nacional, pelas reformas políticas. Se ficarmos — disse ele — discutindo detalhes, vamos perder o essencial."

E acrescenta Vilela: — "esclarecendo que não deseja, de maneira nenhuma um movimento de violência, um movimento de derrubada; mas um movimento evolutivo. E por isso apela para uma Assembléia Constituinte, como uma nova fase histórica da vida nacional."

Aí está a manifestação expressiva de nosso partido que se reúne em convenção nacional, em busca de uma Assembléia Constituinte. Aí está a manifestação expressiva da representação do partido do Governo; da palavra do Senador Teotônio Vilela. Oxalá, a manifestação pura e sincera de lealdade pelo bom encaminhamento deste País, seja recebido pelos dirigentes desta Nação e principalmente pelo poder do arbítrio, afim de que retorne a Nação Brasileira, no seu caminhar histórico, para a grandeza que pretendem os 120 milhões de habitantes deste País.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Município de Porto Amazonas, de notável tradição histórica, tem recebido especial atenção do Poder Executivo Estadual, e de órgãos a ele vinculado.

Assim, obras viárias se executam especialmente, a construção da estrada de acesso, desde a BR-277, à sede do município, antiga reivindicação dos operosos co-estaduanos que ali vivem e trabalham, a qual foi também apresentada a S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, em audiência concedida no ano de 1975, ao Deputado que ocupa esta tribuna, juntamente com vereadores daquele próspero município do Estado do Paraná, como também a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, está desenvolvendo os trabalhos de padronização da rede que serve as indústrias e a população local; e também a TELEPAR, executando os trabalhos de aumento das linhas para atendimento da indústria e do comércio e da população do momento.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Município de Porto Amazonas, desde há muito vem se ressentindo da falta de uma agência bancária, especialmente do Banco do Estado do Paraná, para que seja possível o desenvolvimento de programa, quer do setor primário da produção, especialmente da agricultura, quer do setor secundário.

Eis que ali existem, como já dissemos anteriormente, várias indústrias que estão exercendo suas atividades, vários comerciantes que devem se deslocar para outras comunas para

poderem realizar as operações financeiras necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos a apresentar à consideração desta Casa, um requerimento pelo qual apelamos ao Sr. Diretor do Banco do Estado do Paraná, Diretor Presidente, Dr. Celso Sabóia, no sentido que sejam levados a efeito os estudos necessários para que Porto Amazonas possa contar com uma agência bancária e assim agilizar o progresso que almeja.

O requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. Celso Sabóia, DD. Presidente do Banco do Estado, encarecendo a necessidade da instalação de uma agência do estabelecimento de crédito oficial de nosso Estado, na cidade de Porto Amazonas, para que seja possível a realização de operações financeiras, fundamentais para o desenvolvimento de atividades produtivas do município.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1977."

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, as denúncias da desparanização. O genro não querendo a federalização. O Presidente da COPEL não sabendo até quando a COPEL será paranaense. O Sr. Secretário de Transportes, nas entrelinhas assustado com a não participação do Governo Federal nas nossas estradas e até paradoxalmente, o Paraná pedindo para que lhe passem os encargos das estradas federais.

Ontem, a nossa economia espoliada com o confisco do soja, com o problema do café, com o preço do Ministro desinformado, Ministro da Agricultura, a prometer melhores dias para o milho e os melhores dias o foram na forma de uma baixa de 2 cruzeiros por saco.

Ontem a desparanização da nossa economia. Hoje, a desparanização da nossa cultura. Primeiro jornal em número a ser lido na minha cidade, Francisco Beltrão, "O Estado de São Paulo", lá, no longínquo sudoeste. Segundo jornal a ser vendido na minha terra, "Correio do Povo". Terceiro jornal a ser lido naquela cidade, "Folha da Manhã". Estes dois últimos, como os nobres Deputados sabem, de Porto Alegre.

Ontem, o Sr. Secretários de Transportes, falando da necessidade de se atender o Sudoeste e, diga-se de passagem, temos que o louvar pois, realmente, este Governo o está atendendo no setor de rodovias, alegava que este atendimento se tornou prioritário, em função do separatismo que antigamente havia.

Srs. Deputados, em Francisco Beltrão, para se ouvir uma notícia nacional, temos que ligar uma rádio de Porto Alegre, pois infelizmente, as emissoras paranaenses, à exceção de uma desta Capital, lá não são ouvidas. A iniciativa privada talvez não tenha tido interesse em levar as ondas das nossas rádios, aqui, da Capital, até o sudoeste paranaense.

Em 1969, se queríamos ver a imagem de televisão, tínhamos que ligar Porto Alegre; foi então que, um grupo de homens da comunidade, unidos a todos os Prefeitos, independentemente de partidos, resolveu colocar um paradeiro àquela dominação cultural, por parte do Rio Grande do Sul.

Tinha este Deputado, à época, o honroso cargo de Prefeito Municipal de Francisco Beltrão; tinha este Deputado, a honrosa missão de Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense, e, com o dinheiro de toda a população do Sudoeste do Paraná, fizemos chegar àquela região, dois canais de televisão desta Capital, para que o meu povo, o povo do Sudoeste do Paraná soubesse que existia uma outra Capital, a Capital de direito e de fato, que é Curitiba! E não Porto Ale-

gre, como até então parecia ser.

Levamos os dois canais de televisão; esses canais, a partir de 1972, encurtaram as distâncias, Canal 4 e Canal 12, e transformaram aquele pedaço de chão em terra mais paranaense.

O tempo passou.

Aí, apareceu a TELEPAR que, sob a promessa de melhorar a imagem de televisão que captávamos, resolveu fazer o transporte da imagem, à região.

Há poucos dias, o Deputado Nilso Sguarezi, em tom de brincadeira, quando aqui se discutia — como se aqui fora a sede da Federação Paranaense de Futebol — qual o time que deveria representar esta, ou aquela cidade, afirmava que, o Sudoeste já estava muito bem representado, pelo Internacional e pelo Grêmio de Porto Alegre. Pois lá, realmente nós não temos o prazer de captar, hoje, sequer um canal de televisão desta Capital. Não sabemos as razões.

A TELEPAR conseguiu com que todo o patrimônio da Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense, percesse; conseguiu que a nossa região ficasse sem imagem de televisão, desta Capital; e conseguiu, novamente, a introdução da dominação cultural, do Rio Grande do Sul, eis que, hoje, se os Srs. quiserem ver um programa de televisão de uma emissora de uma Capital, na minha região, os Srs. terão que assistir a emissora de Porto Alegre, isto, graças ao trabalho da TELEPAR, que nos obriga a receber imagem de uma emissora do interior.

Nada tem o Sudoeste, com a luta entre políticos e empresários, donos de canal de televisão, e mandões da política.

Queremos novamente, exigimos para a nossa região, aqueles canais de televisão que, juntamente com o terceiro canal desta Capital, lá devem chegar para mostrar àqueles que ainda não conhecem o Paraná, que, o Paraná tem uma Capital que é pujante, com homens de valor em todo o seu território.

Temos muito, isto sim, com este Paraná que, pelos seus próprios filhos, está se desparanizando, nas ciúmeiras, nos recintos fechados de gabinetes onde se discutem cifras e se discutem cargos, mas esquecidos do seu povo.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou requerendo o envio de expediente à Paraná Rádio Difusão S/A., à Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense, às Direções dos Canais 14, 4 e 6, desta Capital, para que tenham um pouco de carinho, todos eles, para com a nossa terra e que passem por cima da TELEPAR que foi se intrometer e acabar com um patrimônio vilioso que pertencia única e exclusivamente ao esforço do povo da minha região que, num dado momento, desesperado, veio com suas torres e seus equipamentos buscar e beber através da imagem de televisão, os conhecimentos do Paraná.

O requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Paraná Radiodifusão S/A., à Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense — AMSOP — E às direções da TV Paranaense - Canal 12; TV Iguaçu - Canal 4 e Televisão Paraná - Canal 6, solicitando especial atenção para que se faça chegar até a região Sudoeste do Paraná as imagens de TV geradas na Capital do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1977.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1 — Atualmente nenhum canal de TV, da Capital, é captado no Sudoeste, contrariamente ao que ocorria há alguns anos;

2 — A falta de sinal de TV da nossa Capital fez com que a comunidade trouxesse o sinal de TV de Porto Alegre, dificultando assim a completa integração do nosso Estado."

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que já em 1961, e é testemunha o Presidente desta Casa, lutávamos lá no sudoeste contra o separatismo; nós que temos a honra de representar um povo bom e altaneiro, queremos mais do que nunca

ser paranaense.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ouvi atentamente a explanação de V. Exa. que, com raro brilhantismo, trouxe um problema realmente angustiante na região sudoeste do Paraná.

Nós, no sudoeste, estamos recebendo as imagens da televisão Maringá.

Realmente o sudoeste não pretende ter nenhuma espécie de disputa com qualquer região paranaense, mas também deseja efetivamente receber as suas notícias através da Capital do Estado do Paraná.

Julgo de todo oportuno o pronunciamento que V. Exa. faz, mesmo porque o problema de televisão no sudoeste não se restringe somente ao aspecto de televisão, mas até a TELEPAR tem usado torres de mono-canais em diversas cidades, como é o caso de Tapejara D'Oeste, o que faz com que o serviço de telefone na cidade seja prejudicado e também a recepção da imagem.

Portanto, o apelo que V. Exa. irá formular, conta com o meu total apoio, tendo em vista a necessidade da Radiopar, que é uma empresa que foi criada no Paraná exatamente para integrar o Estado através das comunicações, para que leve os canais de Curitiba à região sudoeste.

V. Exa. nesta tarde foi muito feliz, abordou com raro brilhantismo um tema que realmente é muito importante para o sudoeste. Eu junto a minha voz à voz de V. Exa., na certeza de que as nossas duas vozes representam as vozes de milhares de brasileiros, gaúchos, catarinenses e homens de outros recantos do Brasil, que lá vivem e esperam receber os canais de televisão de Curitiba.

Era só. Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira que demonstra o interesse pela nossa região, ele como eu, filhos desta terra. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

Adverte, a Presidência, que S. Exa. terá 15 minutos. (Pausa). — Havendo declinado, consulta a Liderança do MDB se deseja ocupar o espaço reservado a seu Partido. — (Pausa). — Havendo declinado, consulta S. Exa., o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, se deseja ocupar o espaço reservado à Aliança Renovadora Nacional. — (Pausa).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Requeiro, Sr. Presidente, a chamada nominal para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere, após advertidos os Srs. Deputados. O Sr. Primeiro Secretário fará a chamada nominal para constatação de "quorum".

(É procedida a chamada dos Srs. Deputados). Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. Há número

legal para deliberações.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 98/77, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que declara de utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mariópolis", com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito de V. Exa., verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei número 98/77, permaneçam como estão. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram se levantar. — APROVADO o projeto de Lei número 98/77.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem). Parece-me que não há quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Vice-Presidência acabou de solicitar chamada nominal.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pediria então, Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende novamente.

Antes de proceder a votação, a Mesa solicita do Sr. Primeiro Secretário, informe sobre quantos Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO — 28 Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Faz nova verificação) 26 Srs. Deputados aprovam; um Sr. Deputado rejeita.

— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 01/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 37/74, ex-Proposição número 157/74, aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Florai, Jardim Alegre, Marumbi e Terra Boa, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COP., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 38/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 05/77, ex-Proposição número 166/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Cruzeiro do Sul, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CP., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 39/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 06/77, ex-Proposição número 167/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o Município de Terra Roxa, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Parecer favorável da CCJ., por maioria da CF., e CP., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 41/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 10/77, ex-Proposição número 171/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município de Araucária, objetivando policiamento ostensivo na área municipal, tendo em vista maior proteção à população. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CP., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 247/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 83/77, ex-Proposição número 441/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Cianorte, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 67/77, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que declara de utilidade pública, a Associação Metodista de Assistência Social — AMAS., com sede na cidade de Morretes, neste Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 82/77, de autoria do Deputado Del Ciel, que declara de utilidade pública a "Beneficência Japonesa de Londrina", com sede e foro naquela cidade. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 82/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a "Beneficência Japonesa de Londrina", com sede naquela cidade.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977.

(a) DEL CIEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços à comunidade de Londrina merecendo o reconhecimento público daquela municipalidade, através da Lei Municipal número 1371, de 17/09/68.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Com isso apresentamos o presente plano de lei, que temos a certeza contará com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 82/77

De autoria do nobre Deputado Del Ciel, tem por finalidade o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Beneficência Japonesa de Londrina, com sede e foro naquela cidade.

Efetivamente, a entidade acima vem prestando inestimáveis serviços no campo da assistência social, moral e material às pessoas necessitadas, gratuitamente. Os membros da sua diretoria não recebem qualquer remuneração e não visa a mesma lucros ou dividendos, preenchendo, assim, as condições exigidas pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Não existe impedimento algum de ordem constitucional, razão por que, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GILBERTO CARVALHO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando autorização para concessão de cópias das notas taquigráficas da sessão de ontem,

dia 13 de setembro, precisamente, onde consta a palestra de S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osires Sthenguel Guimarães. — **A Presidência defere a pretensão e despacha ao Departamento Legislativo para providenciar o atendimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 92/77. — APROVADO.

A Presidência inscreve para falar, em Explicações Pessoais, o Sr. Deputado Fuad Nacli.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Dr. Celso Sabóia, Presidente do Banco do Estado, encarecendo a necessidade de instalação de uma agência do referido estabelecimento creditício, na cidade de Porto Amazonas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Secretário dos Transportes, expediente no sentido da construção de um novo cais e muro de arrimo, junto à sede do município de Guaraqueçaba. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, pela nomeação do Engenheiro Tancredo Benghi ao cargo de Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes à Paraná Radiodifusão S/A., à Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense — AMSOP e, às direções da TV Paranaense - Canal 12, TV Iguaçu - Canal 4 e Televisão Paraná - Canal 6, no sentido de especial atenção para que se faça chegar até a região Sudoeste do Paraná as imagens de TV geradas na Capital do Estado. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvi com muita atenção o que da tribuna disse o eminente Deputado Deni Schwartz.

Ele falava da dificuldade de se integrar a extraordinária e rica região do sudoeste do Paraná, ao contexto político, social, e econômico, da Capital, e das outras regiões do Estado do Paraná.

Fez S. Exa. alguns comentários que, pessoalmente endosso, porquanto vivi episódios da distância que a coletividade sudestina mantinha, com o resto do Paraná.

Mas, é oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dizer que muito embora, o sudoeste receba hoje o sinal de apenas um canal gerador de imagens de televisão, esta imagem chega ao sudoeste do Paraná, com excelente qualidade.

Eu mesmo testemunhei no último fim de semana, nos intervalos das reuniões que mantive em uma dúzia de municípios e em especial, na tarde o último domingo, tive a satisfação de presenciar, de assistir, com imagem de extraordinária qualidade, porque colorida, o jogo Altético e Grêmio de Maringá, realizado na Capital do Estado; e logo em seguida, da Capital das Alterosas, o jogo Cruzeiro e Boca Junior da Argentina.

Eu assisti, ouvi, compactuei com inúmeras famílias que realmente se manifestaram desejosas de receberem, no sudoeste do Paraná, imagens de outros canais, com outras programações. Mas, devemos, inicialmente acreditar nos IBOPs que se realizam neste Estado, permanentemente, para dizer que os programas de maior audiência, indiscutivelmente, são aqueles dos canais que geram imagem, com a programação da Rede Globo de Televisão.

Mas, a ânsia em querer mais, está em todos. E o Governo do Estado, já vem em socorro da vontade popular, porque a

Radiopar já está executando um projeto, levando para o Sudoeste do Estado do Paraná, em U.H.F., com as torres que já estão iniciando a implantação ao longo de uma Têde Curitiba-Lapa, São Mateus, União da Vitória, Palmas, as condições de entrarmos no sudoeste a curto prazo, com a imagem de outro canal de Televisão da Capital do Estado, possivelmente a programação da rede Tupi de Televisão.

A informação que me prestava, na última semana, o Dr. Iris Mário Caldart, ex-Deputado estadual e um dos responsáveis pela execução desse projeto, de que com poucos recursos, esse projeto seria implantado, também partindo de Palmas, Clevelândia, Pato Branco, Francisco Beltrão e até a Fronteira do Sudoeste, paranaenses atingindo com excelente qualidade de imagem, toda a região situada à margem esquerda do Rio Iguaçu.

É verdade que, no Paraná, se comenta "à boca pequena" que deixamos de ter gerado no sudoeste do Paraná a imagem do Canal 4 por má vontade dos poderes públicos.

O eminente Deputado Deni Schwartz, que viveu o episódio e lutou para a solução do problema, uniu-se a todos os prefeitos e deve estar lembrado que, com um esforço titânico, conseguiram instalar as torres nos municípios. Estão lá — no início incipientes — mas, depois modernizadas, e que levavam a imagem dos canais 4 e 12.

Lembro-me, que num dos temporais, arrazou a torre situada no município de Chopinzinho, causando a sua destruição, com grandes prejuízos de ordem material.

Mas, àquela época o Sr. Assis Gabriel Bandeira, de Marmeleiro, esteve conosco, numa audiência com o Governador de então, Emílio Gomes propiciou à AMSOP recursos que puderam, imediatamente, ser postos à disposição daquela Associação, 24 horas depois de ser solicitado auxílio, o que possibilitou a construção da torre no sudoeste do Paraná.

Alguns meses depois, outro vendaval pôs por terra novamente a torre situada no município de Chopinzinho, danificando também a torre que atendia ao município de Guarapuava.

Duas torres responsáveis pela chegada de sinais na televisão, na região.

Mas, se levarmos em conta o fato de que a Radiopar vem desenvolvendo, aceleradamente, um projeto para a construção de mais um canal na região sudoeste, somando-se a boa qualidade da imagem do Canal 8 de Maringá, teremos então, atendido, em parte a pretensão do ilustre Deputado, com a geração de uma imagem, na região, da Capital do Estado.

Mas quando participava, Sr. Presidente, Srs. Deputados, anteontem, de uma reunião na sede da Cooperativa de Produção em Pato Branco, na qual participaram não só diretores da Cooperativa, mas todos os membros do Conselho de Desenvolvimento de Pato Branco, do Lyons, do Rotary, os Vereadores de ambos os partidos, comerciantes e industriais, trouxe comigo uma reivindicação de Pato Branco e do sudoeste do Paraná,

E essa reivindicação está consubstanciada no seguinte: consta no Plano de Telecomunicações deste País, a instalação de um canal de televisão na cidade de Pato Branco.

Foi publicado o edital de concorrência. Um grupo interessado na exploração desse serviço de utilidade pública apresentou a proposta.

A proposta foi analisada e aprovada. Faltando tão somente que o Sr. Ministro Quandt de Oliveira, das Telecomunicações, autorize o seu funcionamento.

Devo adiantar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para conhecimento de todos que o grupo interessado já adquiriu praticamente todo o equipamento necessário para a instalação do canal próprio para a televisão de Pato Branco que haverá de atender à região sudoeste.

Acreditamos, com isso, que a região terá a oportunidade de dispor de meios para poder promover, no interesse de seu

progresso e de sua coletividade, uma programação voltada ao fortalecimento do espírito paranaense que hoje, graças a Deus, já existe fortalecido, porque a região está plenamente integrada por rodovias, por telecomunicações, não só em DDD, mas também por serviço de DDI, com duas emissoras localizadas em Pato Branco, uma em Coronel Vivida, uma em Francisco Beltrão, com mais uma sendo instalada em Francisco Beltrão, duas em Capanema e uma em Marmeleiro, em vias de ser autorizada; uma funcionando em Dois Vizinhos e contamos com apenas uma em Curitiba, chegando ao sudoeste do Paraná.

É, Sr. Presidente, a oportunidade que tenho, no encaminhamento de votação deste requerimento do eminente Deputado Deni Schwartz para falar que no Sudoeste do Paraná hoje, graças a Deus, nós nos sentimos brasileiros do Paraná.

Porque o indispensável para nos integrar no contexto social, político e econômico deste Estado, já está atendido pelo Poder Público.

Mas nós também torcemos para que seja viável o atendimento da pretensão do eminente Deputado que é, em última análise, a aspiração de um povo de termos, lá na região, se possível, além da imagem gerada em Pato Branco a curto prazo, além da programação da Globo pelo Canal 8 ou 12, da programação da Tupi gerada pelo Canal Seis, também o Canal Quatro, assim teríamos nós até em bem maiores e melhores condições do que a própria coletividade brasileira que mora na grande Capital de Curitiba que dispõe só de três canais, atualmente.

Voto favoravelmente ao requerimento do eminente Deputado Deni Schwartz, naturalmente com as observações que fiz.

Muito obrigado Sr. Presidente. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**) — Continua em votação o requerimento do eminente Deputado Deni Schwartz.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para encaminhar, Sr. Presidente. *(Assentimento).*

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi as justificativas do Deputado Deni Schwartz com relação às imagens de televisão geradas e captadas no sudoeste do Paraná.

Claro que fiquei observando se haviam críticas à qualidade das imagens lá chegadas através do Canal 8, Televisão Cultura de Maringá, cidade que representamos nesta Casa.

Percebi, no entanto, no decorrer de suas explicações e depois em diálogo que mantivemos até o presente momento, que a intenção deste Deputado não é fazer com que as imagens de televisão cheguem lá através da Capital e não através de Maringá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Meu caro Deputado Deni Schwartz:

Tanto faz a imagem ser de Curitiba, de Ponta Grossa ou de Maringá ou Londrina, que nós apenas temos que engolir os enlatados.

Vê-se um programa de notícias em qualquer canal de televisão em 15 minutos de noticiário, dez é de futebol, 3 do noticiário internacionais e dois de propaganda do Governo.

O que V. Exa. pretende e luta por isto, é que o seu sudoeste, é que o nosso Paraná comece a se projetar e ter capacidade de produzir aqui os seus programas, a sua televisão com notícias e coisas paranaenses.

Isto é elogiar. Não tenha dúvida. Mas não será, de maneira alguma, com a projeção das imagens do Canal 12, substituindo o Canal 8 de Maringá, é que V. Exa. e o sudoeste verão programas diferentes.

Porque a nós que aqui vivemos com a família, com bases políticas em Maringá e região, tanto faz vermos aqui, a novela das 7, ou das 8, ou das 10,00 horas, ou, vermos em Maringá, eis que é a mesma novela, assim como o noticiário, os programas, aqui são os mesmos que passam lá; os filmes, como sabemos, são enlatados no exterior; a única coisa mais nacional,

é a novela. É bem verdade que nas emissoras do interior, eu me refiro especificamente à Maringá — e V. Exa. tem razão quando dizia há pouco que no "oba oba" do Governo é mais fácil — não sei se porque o horário é mais barato, se é cobrado menos para se fazer aquela festa toda, ou se porque, para subsistir a empresa tem que se submeter a fazer, os horários noticiosos, a maioria deles é de "viva o Canetão", ou, "viva o Prefeito".

Em verdade, é impossível ver-se uma notícia, um noticiário realmente paranista, paranaense, dos problemas do Paraná.

Ontem assisti um jornal de uma emissora de televisão da Capital, e fiz exatamente estas anotações que V. Exa. fez:

Tivemos 15 minutos de noticiário; 8, de futebol; 4 de crimes.

Apenas isto.

O restante do programa foi notícias internacionais.

Falam ligeiramente quando se trata de uma convenção da importância da que está se realizando hoje, em Brasília, que é a Convenção do MDB; dão a notícia da vinda do Sr. Secretário dos Transportes, divulgam apenas as suas explicações, à Casa, não divulgam as perguntas dos Srs. Deputados quer do MDB, quer da ARENA.

Fecha-se, portanto, um círculo, impossível de ser penetrado.

Sai agora, o canal de televisão de Cascavel.

Anuncia o Presidente da Casa, um outro para Pato Branco.

Mas terão que comprar o enlatado que nós vamos ter que consumir e ver os nossos filhos assistindo, na tevê, um Hawai 5-0 que nos Estados Unidos é proibido.

Como consumimos aqui, medicamentos que lá também são proibidos.

Vamos continuar sendo cobaias, vamos continuar sendo responsáveis pela produção tanto destes programas de televisão, quanto destes medicamentos, porque, se o nosso Governo tivesse firmeza em suas atitudes, se considerasse que o que não é bom para o povo americano ou outros povos não o é para nós também, isto não aconteceria.

Mas nós continuamos a consumir, propiciando a que as empresas estrangeiras continuem tendo lucros aqui, mesmo que nos seus países de origem estejam proibidas de funcionar.

A reivindicação de V. Exa. é plenamente válida, pela opção que daria, porém, afirma V. Exa., novamente, que, teremos que engolir os enlatados, por muito tempo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz — APROVADO. Concedo a palavra, em Explicações Pessoais, ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna na data de hoje, para dar conhecimento à Casa e aos Srs. Deputados, de uma notícia estampada no jornal "O ESTADO DO PARANÁ", de hoje, com o título GOZAÇÃO.

Nós, que somos o autor da criação do Distrito Administrativo de Braganey, este distrito que pertence à sede do Município de Corbélia atualmente comarca ainda não instalada que foi sancionada pelo Sr. Governador Jayme Canet Júnior, publicado no Diário Oficial do Dia 12 de setembro, não só Braganey, como o distrito de Anai, que também pertence à Corbélia.

Cumpra-me o dever e a obrigação de vir a esta Casa de Leis, para dizer aos meus colegas de bancada, aos Srs. Deputados que, lendo "O ESTADO DO PARANÁ" e vendo a notícia, dá a impressão que o Deputado ou que S. Exa. o Sr. Jayme Canet esteja querendo brincar ou criar um distrito para satisfazer a vontade de alguém.

Todos os Srs. sabem que Braganey existe há mais de

15 anos.

Eu não era ainda Deputado e lá já era distrito.

E nós podemos dizer aqui desta tribuna ao "O ESTADO DO PARANÁ", aos redatores do mesmo que qui estão em plenário e à toda imprensa, que no ano de 1974, o distrito foi criado administrativamente pela Câmara Municipal de Corbélia e nós, aqui, pela Casa de Leis, não fizemos mais nada do que nossa obrigação: dar complemento para que se transformasse em lei complementar para criação do Distrito Administrativo e, posteriormente em Distrito Judiciário.

Aprovado em 23 de maio de 1974, a Câmara Municipal de Corbélia nos enviou as suas divisas para que fosse criado não só o distrito de Braganey mas também o Distrito de Anai, Penha e Iguatu.

É de estranhar "O ESTADO DO PARANÁ". Que o seu proprietário, o ex-Governador Paulo Pimentel, acho que, ou se esqueceu ou está bem longe do Paraná, porque ele mesmo quando Governador vetou a criação do Distrito Judiciário daquela cidade.

Nós que éramos Deputado, podemos aqui dizer que vamos trazer para esta tribuna, se Deus quiser, para mostrar aos Srs. Deputados que o mesmo homem, que o mesmo empresário que hoje vem dando como título de gozação, ele esqueceu que o povo daquela cidade precisava de seu distrito administrativo e judiciário e ele mesmo vetou como Governador do Estado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Deputado, permite-me um aparte? (Assentimento).

Parece-me, Sr. Deputado, que a notícia no jornal "O Estado do Paraná" tenha tido origem nas mudanças de nomes aí de homenagens fáceis que têm sido feitas neste Paraná.

Então esse título que trazem aí como gozação, e Braganey nós conhecemos há muito tempo, talvez ou por má informação ou por qualquer coisa, tenham confundido com o "Canetão" de Maringá, que se pretende implantar no Estádio que esse Governador nem colocou os pés lá dentro ainda.

Porisso talvez tenha saído essa nota como gozação em complemento destas atitudes dos homens do Governo que procuram fazer homenagens fáceis a quem quer que seja, o que não é o caso de Braganey.

O SR. FUAD NACLI — Agradeço o aparte mas quero dizer que, como Deputado desta Casa durante 3 mandatos jamais apresentei um projeto dando título a quem quer que seja e jamais procurei mudar o nome nem sequer de uma rua.

Eu, hoje, entrava neste plenário, quando um Deputado me dizia se eu tinha lido "O ESTADO DO PARANÁ", e eu saí e fui em busca do jornal e, em seguida, procurei o Diário Oficial para que eu pudesse, pelo menos, no dia de hoje, em Explicações Pessoais, para dar uma satisfação aos Senhores que estão em plenário e, quero dizer que, aqui, tem Deputados que conhecem muito bem Corbélia, Cascavel e Braganey, Ubatu; Braganey existe há mais de 20 anos; nós não éramos Deputados e, portanto, a lei complementar que transformou para que seja criado um distrito judiciário, haja, previamente, uma aprovação pelo município; depois, pelo Estado para, depois, ir ao Presidente da República.

Foi o que nós fizemos para que o Ato Complementar 46, de 7 de setembro de 1.969, pudesse preencher aquilo que prescreve a lei.

O Governador nada mais fez do que cumprir sua obrigação, sancionando a lei, ou se quisesse, vetar.

Mas, não vejo razão e não via razão do Governador vetar a criação de um distrito administrativo, porque já tinha sido criado pela Câmara Municipal de Corbélia.

E, o distrito judiciário será criado, posteriormente, como todos os outros demais distritos do Paraná, aguardam a sua criação.

Agora, o que eu estranho mais, é que os Srs. Deputados

presentes, sabem muito bem, melhor do que eu, conhecem que nós não gostamos de vir muito à tribuna; mas, também, não podemos aceitar esse descalabro e sair daqui para casa, ou deste plenário, sem dar uma resposta.

Não viemos aqui defender a pessoa de S. Exa., o Sr. Governador Jayme Canet. Absolutamente.

Não estamos autorizados a falar em nome de ninguém; estamos falando em nosso nome, pessoalmente e achamos que tanto "O ESTADO DO PARANÁ", o jornal, como todo e qualquer jornal, devem medir, um pouco do seu senso de responsabilidade e dar as suas notas.

Porque nós pensamos um pouco e ele que sabe muito bem que nós somos o autor do projeto, podia colocar o nosso nome.

Mas, quis "O ESTADO DO PARANÁ", com isto trazer estampado, aqui está a fotografia do Ministro Ney Braga, junto com S. Exa. o Sr. Governador do Estado Jayme Canet, levar àquele ESTADO, para uma situação daqueles que não conhecem uma coisa bem diferente.

Mas, na realidade, nós queremos agradecer a todos os Srs. Deputados e que conste dos Anais da Casa o nosso pronunciamento; e, se Deus quiser, como dissemos, vamos procurar trazer, se for preciso, o veto do ex-Governador Paulo Pimentel que vetou a criação do distrito judiciário, o Distrito de Braganey.

Então, não é nenhuma bajulação do Governador Jayme Canet e nem do atual Deputado que procurou dar o nome àquela cidade que tem há mais de 20 anos o nome de Braganey.

Obrigado, meus Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 67/77.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 82/77.

Fica marcada ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 16, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Número 27/77 e de Resolução número 154/77, 155, 156, 157, 158, 160, 161/77.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 596/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8588, de 31 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em Comissão, NELSON PRENDIN, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 597/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8094, de 19 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

atribuir ao funcionário GABRIEL BROTTTO, matrícula número 335, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, função Gratificada 5-f, de Motorista do Gabinete da 1a. Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de setembro de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 676/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8888, de 12 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária OLGA POPOVITCH, matrícula número 319, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 13 de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de setembro de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 677/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8853, de 06 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário JOSÉ RENATO DUARTE, matrícula número 039, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 03 de outubro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 678/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8711, de 02 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO, matrícula número 418, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Chefe do Cerimonial.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 679/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8651, de 01 de setembro

de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário RUI RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula número 257, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Chefe do Serviço de Assistência Social, a partir de julho de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 680/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8680, de 02 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário HILÁRIO FREGONEZE, matrícula número 026, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 681/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8392, de 26 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES – Mat. 189

JOANA DE LIMA – Mat. 558

MARIA DE LOURDES SANTOS – Mat. 561

MARLENE PERRY GONÇALVES – Mat. 151

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 682/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8197, de 22 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário AUGUSTINHO BORGES, ora à disposição deste Poder, a prestar um total de setenta (70) horas mensais, até 31 de dezembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral